

## Parte 1 - Subordinação na oração

1 - Gramática Discursivo-Funcional: uma breve apresentação

Erotilde Goreti Pezatti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PEZATTI, EG., orgs. Gramática Discursivo-Funcional: uma breve apresentação. In: *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 15-39. ISBN 978-85-6833-480-5. Available from: doi: [10.7476/9788568334805](https://doi.org/10.7476/9788568334805). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/zpbsx/epub/pezatti-9788568334805.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## **PARTE 1**

# SUBORDINAÇÃO NA ORAÇÃO

# 1

## GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

*Erotilde Goreti Pezatti\**

A abordagem teórica aqui adotada busca construir um “modelo” do usuário de língua natural, observando como falantes e ouvintes têm sucesso na comunicação uns com os outros por meio do uso de expressões linguísticas.

Entende-se aqui, com base em Dik (1989), que a interação verbal – ou seja, a interação social por meio da língua – é uma forma de atividade cooperativa estruturada. É cooperativa porque necessita de pelo menos dois participantes para atingir seu objetivo, e é estruturada (e não aleatória) porque é governada por regras, normas e convenções. Na interação verbal, os participantes se servem de certos instrumentos que, no sentido geral do termo, são chamados de “expressões linguísticas”. Estas expressões são elas mesmas entidades estruturadas, isto é, são governadas por regras e princípios de dois tipos, ambos ratificados pela convenção social:

- 1) as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas);

---

\* Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, 15054-000 (pezatti@ibilce.unesp.br).

- 2) as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas).

O sistema de regras 1 é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regras 2. O requisito básico do paradigma funcional de linha holandesa é que as expressões linguísticas devem ser descritas e explicadas em termos da organização geral estabelecida pelo sistema pragmático de interação verbal.

Segundo Dik (1989), a língua é entendida como instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, por isso as expressões linguísticas devem ser consideradas em circunstâncias efetivas de interação verbal e suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores.

A expressão linguística é uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Assim, a produção das expressões linguísticas, na interação social por meio da língua, depende de três fatores:

- da intenção do falante;
- da informação pragmática do falante;
- da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte.

Já a interpretação do ouvinte depende:

- da própria expressão linguística;
- da sua informação pragmática;
- da hipótese que faz sobre a intenção comunicativa do falante.

O falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com a avaliação que faz da informação pragmática do ouvinte no momento da enunciação, com o objetivo de levá-lo a efetuar alguma mudança nessa informação. Esse tipo de informação é entendido aqui como o conjunto completo de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis aos interlocutores (falante e ouvinte) no momento da interação.

Desse modo, Dik (1989) considera que uma descrição adequada de uma língua natural deve partir das intenções do falante para a forma das expressões linguísticas. É exatamente isso que faz o modelo teórico aqui adotado, o da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), elaborado por Hengeveld e Mackenzie (2008), que constitui um desenvolvimento da Gramática Funcional proposta por Dik (1989; 1997), para explicar a subordinação no português. Esse modelo é entendido como uma arquitetura modular, com organização descendente (*top down*), ou seja, do discurso para a forma das expressões linguísticas, conforme representado na Figura 1 a seguir.

Para a GDF, a construção de um enunciado inicia-se, no componente conceitual, com a intenção comunicativa de uma mensagem. Ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o componente gramatical, onde é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente da mensagem nesse processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o componente conceitual fornece a entrada para o componente gramatical, que, por sua vez, fornece a entrada para o componente de saída, onde a mensagem é finalmente articulada.

O componente conceitual é a força motriz do componente gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. A intenção do falante, no entanto, não surge de um *vacuum*, mas de um multifacetado contexto comunicativo. Uma de suas facetas constitui o componente contextual, que contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente,

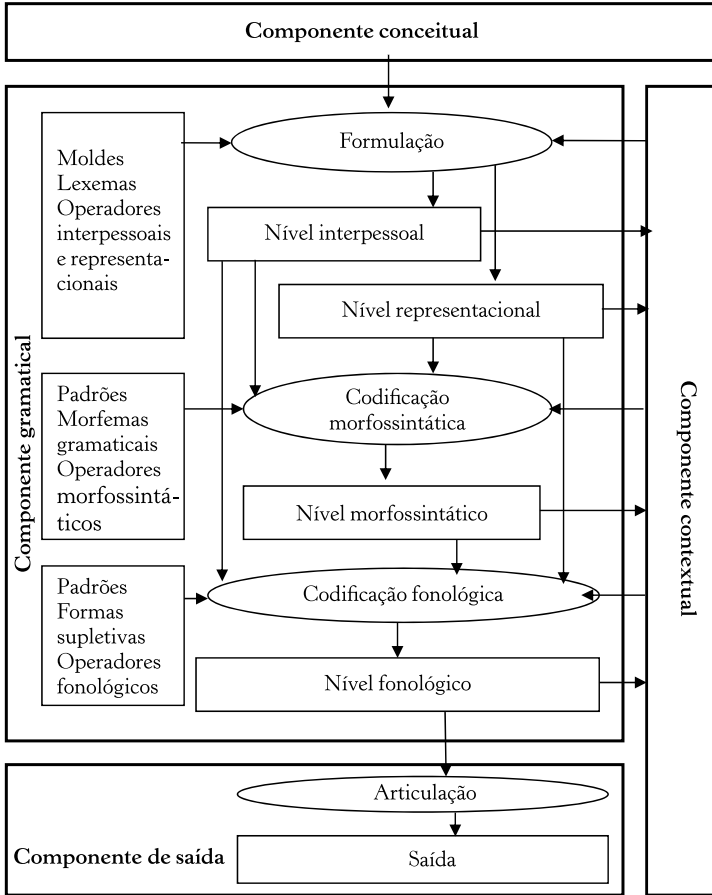


Figura 1 – Arquitetura geral da GDF (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.13)

do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes, que podem ser reduzidas a dois tipos de informação:

- 1) a informação imediata (de curto prazo) recebida do componente gramatical, relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem;
- 2) informações de longo prazo sobre a interação corrente, que é relevante para as distinções requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nessa língua.

O componente gramatical, como o próprio nome revela, constitui a gramática de uma língua natural, composta de quatro níveis: interpessoal, representacional, morfossintático e fonológico.

As elipses da Figura 1 representam as operações de formulação e de codificação, e os retângulos, os níveis estruturais; os quadrados à esquerda contêm os primitivos, isto é, os blocos construtores de cada nível, que existem em todas as línguas, mas cada uma dispõe de seu próprio inventário. Assim, embora toda língua contenha lexemas, o inventário dos lexemas difere de uma língua para outra.

Na operação de formulação, a mensagem pré-linguisticamente construída se converte nos primitivos dos dois níveis mais altos, o interpessoal e o representacional: (1) os moldes, que definem as combinações possíveis de (2) lexemas, que, por sua vez, constituem as unidades semânticas distinguidas pela GDF, e (3) os operadores, ou seja, elementos gramaticais que se aplicam a unidades de seu respectivo nível.

Na operação de codificação, os primitivos dos dois níveis envolvidos na formulação se convertem em primitivos dos dois níveis mais baixos. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, e a codificação fonológica converte unidades morfossintáticas em unidades fonológicas.

O primeiro conjunto de primitivos usados na codificação são os padrões, que definem como se organizam as unidades do nível morfossintático, por exemplo, a ordenação de sintagmas na oração; os morfemas gramaticais constituem o segundo conjunto e consistem em elementos não modificáveis como auxiliares e afixos; o terceiro conjunto é formado pelos operadores, que servem para introduzir formas irregulares.

O nível fonológico, além de padrões fonológicos, dispõe de um conjunto de primitivos denominados formas supletivas, cujo formato é morfológicamente imprevisível, e de operadores, cuja função é, por exemplo, introduzir padrões entonacionais não previsíveis.

A operação de formulação no componente gramatical converte a intenção comunicativa em representações pragmáticas e semânticas, que, por sua vez, convertem-se, no estágio seguinte, em re-

representações morfossintáticas e fonológicas por meio das operações de codificação. Como as regras de formulação são específicas de cada língua, representações conceituais similares podem receber representações pragmáticas e semânticas diferentes em diferentes línguas.

Assim, as configurações dos níveis interpessoal e representacional se traduzem em estruturas morfossintáticas no nível morfosintático. De maneira similar, as estruturas dos níveis interpessoal, representacional e morfossintático se traduzem em estruturas fonológicas no nível fonológico. Este nível de representação é o *input* para a operação de articulação, que, no caso de um componente de saída acústico, contém regras fonéticas necessárias para obter um enunciado adequado. A articulação ocorre fora da gramática propriamente dita.

Os vários níveis de representação do componente gramatical alimentam o componente contextual, permitindo a subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes, já introduzidas no discurso. Esse componente alimenta as operações de formulação e codificação, ao disponibilizar antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala que podem influenciar a composição do ato discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no *output* real dela, isto é, o enunciado fonético. A GDF parte da perspectiva da produção linguística e concentra-se no componente gramatical.

Dentro do componente gramatical, cada um dos níveis de representação é estruturado de modo próprio, mas todos têm em comum uma organização hierarquicamente ordenada em camadas. Cada camada é composta de um núcleo (obrigatório), que pode ser restringido por um modificador (opcional), especificado por um operador, e pode ter uma função. Núcleos e modificadores ( $\Sigma$ ,  $\sigma$ ) representam estratégias lexicais, enquanto operadores ( $\pi$ ) e funções ( $\Phi$ ) representam estratégias gramaticais. Uma função é sempre relacional e ocorre entre unidades da mesma camada, enquanto um operador se aplica a uma unidade em si mesma.



O componente de saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo componente gramatical. O componente contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

## Nível interpessoal

O nível interpessoal diz respeito aos aspectos formais da unidade linguística que refletem o papel dessa unidade na interação entre falante e ouvinte. Na interação, cada participante tem um objetivo em mente, que determina a estratégia adotada pelo falante para obter o seu propósito comunicativo. O alcance deste propósito envolve dispêndio de energia e resulta, assim, em uma série de ações governadas por uma estratégia global. É, portanto, o nível da ação.

Nesse nível, a camada mais alta representa o segmento inteiro do discurso sob análise, com várias camadas intermediárias que levam até os componentes da unidade linguística individual. Cada elemento dessa estrutura hierárquica representa (ou descreve) uma ação que pode ser ela mesma internamente complexa, consistindo em ações menores distinguíveis. Esse modo de ser se equipara à ação de correr, que consiste em movimentos distinguíveis de braços e pernas e, dentro deles, movimentos distintos dos membros direito e esquerdo. A hierarquia também fornece uma representação crucial da sucessão ou do curso de tempo das ações que são essenciais à realização da estratégia do falante. O sequenciamento de ações linguísticas em todas as camadas da hierarquia reflete, portanto, a ordem das atividades estratégicas postas em prática pelo falante.

A maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, nesse nível, é denominada movimento (M), que é identificado, em termos de seu estatuto interpessoal, como uma contribuição autônoma para uma interação em desenvolvimento. O que o caracteriza é a possibilidade de ser ou desencadear uma reação, tendo assim, necessariamente, um efeito perlocutório. Como a menor unidade livre

do discurso, ele é capaz de integrar uma estrutura de turnos, como se verifica em (1),<sup>1</sup> em que cada turno constitui um movimento.

- (1) M1 Inf. 1 -> isto demonstra de que... este jovem soube amar, e dar-se à sua pátria.  
 M2 Inf. 2 - é verdade. os pais terão contribuído muito para isso, não acha?  
 M3 Inf. 1 ->é. eu creio que sim. isto é o resultado da contribuição dos pais. os pais é que contribuíram tanto  
 M4 Inf. 2 - hum  
 M5 Inf. 1: -> durante esta ocupação para que hoje em dia os filhos tornam assim. se não fosse os pais, pronto, não fossem os pais, os filhos nunca tiveram ou, não teriam que ser como agora  
 (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

Um movimento pode conter um ou mais atos discursivos (A). Um ato, que é a unidade básica do discurso, é definido como a menor unidade identificável de comportamento comunicativo. Sua constituição caracteriza-se por conter no máximo quatro componentes: uma ilocução, que indica a finalidade do ato verbal; um falante; um ouvinte; e um conteúdo comunicado, que contém tudo o que o falante deseja evocar na sua interação com o ouvinte. A complexidade de um ato pode variar desde interjeições até orações complexas, como acontece nas ocorrências (2a), uma interjeição; (2b), uma frase nominal; (2c), uma oração simples; e (2d), uma oração complexa.

- (2) a poxa (Brasil 80: Macarronada)  
 b boa tarde (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)  
 c portanto, serviam ali a cachupa, era? (Cabo Verde 95: Colher e panela)  
 d eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro. (Brasil 80: Criar filhos)

---

1 Neste e em todos os outros capítulos do livro, os textos das variedades do português foram transcritos exatamente como aparecem registrados nos originais que serviram como fonte.

A ilocução apreende as propriedades formais e lexicais do ato discursivo que podem ser atribuídas a um uso interpessoal, convencionalizado para representar uma intenção comunicativa. As intenções comunicativas podem ser de diversos tipos, como chamar a atenção, afirmar, dar uma ordem, questionar, alertar, requerer etc. Esses tipos de intenções podem ser expressos por meio de interjeição, verbo performativo e ilocução abstrata, conforme exemplificado respectivamente em (3a)-(3c).

- (3) a boa tarde (Portugal 97: O trabalho e a posse da terra)  
 b Eu os **declaro** marido e mulher.  
 c você já viu fogão de lenha? (Brasil 80: Fazenda)

Enquanto a ilocução indica a finalidade de um ato verbal e os participantes representam a díade essencial falante-ouvinte, o conteúdo comunicado contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte. De modo geral, esse conteúdo é completamente novo para o ouvinte, ou é uma combinação de informação nova e dada. Cada conteúdo comunicado contém um ou mais subatos, que podem ser de dois tipos: de atribuição e de referência. O primeiro expressa uma tentativa do falante de evocar uma propriedade que se aplica a uma entidade, como “correr”, “bonito”, “azul”. Já o segundo constitui uma tentativa do falante de evocar um referente, ou seja, um conjunto (nulo, único ou múltiplo) de entidades, como “caderno”, “mesa”, “cidade”, “casa”, “festa”, “reunião”, “crença”, “ideia”, “razão”.

O núcleo de movimentos, de atos discursivos, de ilocuições, de conteúdos comunicados e de subatos de referência e atribuição pode ser restringido por modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificado por operadores (constituintes gramaticais) apropriados. Além disso, essas camadas podem ter funções específicas desse nível, como veremos a seguir.

As propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital, nesse nível, referem-se à retórica e à pragmática. A retórica se relaciona fundamentalmente aos modos como se or-

denam os componentes de um discurso para a realização da estratégia comunicativa do falante e também às propriedades formais de enunciados que persuadem o ouvinte a aceitar os propósitos do falante. Por isso, os aspectos de unidades linguísticas que refletem a estruturação global do discurso serão considerados funções retóricas, que se aplicam a atos discursivos. Essas funções se identificam com atos de orientação, de esclarecimento, de concessão, de oposição e de motivação.

Um ato de orientação é um ato discursivo que serve para direcionar o ouvinte em relação às intenções comunicativas do falante, ao indicar, dentro de um movimento, o desejo do falante de introduzir um referente no discurso que é suporte para o conteúdo comunicado no ato discursivo que se segue a ele, conforme exemplifica “o presidente” em (4).

- (4) o **presidente**, ele tem força e não tem. o presidente é mandado, rapaz! (Brasil 80: Se eu mandasse)

Já o esclarecimento é um ato que tem a função de adicionar uma informação, corrigir ou esclarecer um subato considerado pelo falante não comunicativamente adequado para a correta interpretação de sua intenção comunicativa. Isso pode ser observado em (5) com o ato subsidiário “as senhoras”, que esclarece o referente do subato “nós” expresso no ato nuclear que o antecede.

- (5) dói muito para nós, **as senhoras**. (Moçambique 97: Mocidade)

A concessão,<sup>2</sup> por seu lado, constitui um ato subsidiário que expressa uma (re)consideração do falante sobre o ato discursivo anterior, visando à correta interpretação do ouvinte, como exemplifica a oração “embora às vezes também vá para a rua entregar carros” em (6), que apresenta uma informação nova ao interlocutor, como uma ressalva.

---

2 Para maiores detalhes, confira Capítulo 6, neste volume.

- (6) a [...] – e qual é o seu trabalho, já agora, aqui assim? [...]  
 b – praticamente é mais serviço de escritório, **embora às vezes também vá para a rua entregar carros**.  
 a – ah, sim?  
 b – é verdade.  
 (Portugal 72: Ao volante)

A aposição<sup>3</sup> é um ato subsidiário, representado por uma oração adjetiva não restritiva que apresenta uma informação de fundo referente a um indivíduo introduzido no ato discursivo nuclear, como mostra (7), em que a oração “que também foi, eh, membro, nosso... companheiro nesta casa” constitui uma informação acerca de Teixeira da Mota.

- (7) lança, por exemplo, Teixeira da Mota, **que também foi, eh, membro, nosso... companheiro nesta casa** (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

Por fim, a motivação<sup>4</sup> constitui um ato que apresenta a justificativa do falante para enunciar a ilocução contida no ato nuclear. Assim, em (8), a ilocução declarativa do primeiro ato (nuclear) é justificada pelo ato subsidiário seguinte, também declarativo: “porque até agora abandalham-me”.

- (8) Reconciliação eu não digo, não é? **porque até agora abandalham-me**. (Angola 97: Jovem Gaspar)

A pragmática, por seu turno, é entendida como o estudo do modo como os falantes modelam as suas mensagens em relação às expectativas que têm do estado mental do ouvinte. Isso determina as partes de uma unidade linguística que se apresentam como particularmente salientes, por serem escolhidas como ponto de partida do falante ou por serem consideradas compartilhadas pelo falante

3 Para maiores detalhes, confira Capítulos 9 e 10.

4 Para maiores detalhes, ver Capítulo 5.

e pelo ouvinte. A influência desses aspectos sobre a estrutura das unidades linguísticas é rotulada de função pragmática tópico, foco e contraste.

Atribui-se a função pragmática tópico a um constituinte quando se deseja assinalar como o conteúdo comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no componente contextual. Quando relevante numa língua, o tópico não é complementar ao foco, mas parte da dimensão tópico-comentário, na medida em que fornece um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada (Hannay; Martínez-Caro, 2008, p.60). É, na verdade, o reflexo linguístico de uma instrução para o ouvinte resgatar uma informação (cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.92).

A função básica do tópico é, então, relacionar o conteúdo comunicado a informações existentes no componente contextual, como acontece nas ocorrências (9a)-(9b), em que o uso do artigo definido “a” e do pronome “isso” reflete a instrução do falante para o ouvinte recuperar a informação existente no componente contextual e torna explícito que os outros subatos, de alguma forma, desenvolverão a informação no componente contextual.

- (9) a **a religião tradicional** desapareceu de pouco a pouco (Timor Leste 99: Identidade de um povo)  
 b **e isso** dói muito para nós. (Moçambique 97: Mocidade)

A função foco, por outro lado, sinaliza uma seleção estratégica de informação nova efetuada pelo falante, seja para preencher uma lacuna na informação do ouvinte, seja para corrigir uma informação de que ele já dispõe. Em outros termos, constitui uma instrução de atualização do ouvinte. Essa função é claramente expressa em construções téticas, como a de (10a), em que toda a expressão é focal, e em construções apresentativas, como a de (10b), em que o foco é o subato referencial “uma escadaria de pedra”.

- (10) a **caiu tudo abaixo** (Portugal: Bruxedos)  
 b **tem uma escadaria de pedra** (Brasil 80: Fazenda)

Já o desejo do falante de realçar diferenças particulares entre dois ou mais conteúdos comunicados ou entre um conteúdo comunicado e informações contextualmente disponíveis, no cotexto ou na situação discursiva, caracteriza a função contraste. Assim, em (11a) e (11b), “apenas” e “sobretudo” assinalam que o falante deseja, respectivamente, restringir e ressaltar, entre outros subatos, aquele que esses termos introduzem. Em (11c), por outro lado, a clivagem claramente marca o contraste entre “as senhoras” e “os jovens”.

- (11) a isto é **apenas** um problema de sistema nervoso (Portugal 97: Mal desconhecido)  
 b e isso vai-se traduzir numa primeira explosão escolar **sobretudo** no secundário (Angola 97: Ensino em Angola)  
 c já não **são** as senhoras **que** se vão sentar à frente da cadei[...], com a cadeira à frente do, do palanque, já é os jovens e, e pronto (Portugal 96: Um meio pequeno)

## Nível representacional

O nível representacional diz respeito aos aspectos semânticos das unidades linguísticas, quer referentes ao modo como a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional), independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação. No nível representacional, descrevem-se as estruturas linguísticas em termos da denotação que fazem de uma entidade. Portanto, diferenciam-se as unidades desse nível umas das outras em termos da categoria denotada. São reconhecidas, no nível representacional, as seguintes categorias semânticas: conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas, propriedade e indivíduo.

Começando pelo conteúdo proposicional, é possível afirmar que se refere a uma entidade de terceira ordem (cf. Lyons, 1977).

Por ser um construto mental, não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) ou de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência). A palavra “ideia”, por exemplo, representa um conteúdo proposicional.

Um episódio constitui uma combinação de estados de coisas tematicamente coerentes, que se caracteriza por apresentar unidade ou continuidade de tempo, lugar e indivíduo. Exemplificam a categoria semântica episódio palavras como “desenvolvimento” e “história”.

O estado de coisas, por seu lado, é uma entidade de segunda ordem e, como tal, pode ser localizado no tempo relativo e avaliado em termos de seu estatuto de realidade. Ele pode (ou não) ocorrer em algum ponto de um intervalo de tempo. Assim, estados de coisas são distinguidos de indivíduos e de conteúdos proposicionais unicamente por seu traço temporal. “Reunião” exemplifica a categoria semântica estado de coisas.

Já propriedade não pode ser caracterizada em termos dos parâmetros de tempo e espaço, pois não tem existência independente e somente pode ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve em geral. Assim a propriedade “verde” se aplica a entidades de primeira ordem; a propriedade “bater”, a duas entidades de primeira ordem; a propriedade “recente”, a entidades de segunda ordem; e a propriedade “inegável”, a entidades de terceira ordem.

Indivíduos designam entidades de primeira ordem (concretas, tangíveis), que podem ser localizadas no espaço e avaliadas em termos de sua existência. Portanto, são definidos como unidades que ocupam um lugar no espaço, de tal modo que dois indivíduos não podem ocupar o mesmo espaço físico. “Árvore”, “caneta” e “cachorro” exemplificam a categoria semântica indivíduo.

Outras categorias admitidas pela GDF, em função do princípio de adequação tipológica, são as de lugar, tempo, modo, quantidade e razão. A categoria lugar, exemplificada, por exemplo, por



“pátio”, denota um espaço físico, uma locação, que, no componente conceitual, distingue-se do conceito de indivíduo. Tempo é uma categoria ligada à interpretação contextual do momento de fala (hoje, no próximo ano), às posições relativas na linha do tempo (antes de, durante), à menção aos dias do calendário convencionalmente estabelecido (domingo, Natal). Modo, por outro lado, é uma noção designada pelas formas linguísticas que indicam a maneira como o estado de coisas é executado. Em outras palavras, as línguas permitem falar não apenas sobre onde e sobre quando, mas também sobre como ocorrem os estados de coisas. Método, por exemplo, representa a categoria semântica modo. Por seu lado, a categoria quantidade designa uma porção tanto de fenômenos não contáveis, como “quilo”, quanto de fenômenos contáveis, como “metro”. A categoria semântica razão, por seu turno, representa pensamentos que orientam um agente humano a agir de certa maneira, conforme exemplifica a palavra “motivo”.

Nesse nível, a camada mais alta é a do conteúdo proposicional, que contém um episódio, que, por sua vez, é constituído por estados de coisas expressos por propriedades configuracionais, que representam os moldes de predicação de uma língua. Na camada da propriedade configuracional, os constituintes são não hierárquicos.

Estados de coisas são, então, propriedades configuracionais, que, por sua vez, constituem o inventário de “moldes de predicação” relevantes para uma língua. As línguas diferem umas das outras no que diz respeito à natureza e ao número de moldes de predicação permitidos com relação tanto à valência quantitativa quanto à qualitativa. A valência quantitativa refere-se ao número de unidades que formam um molde de predicação, contendo uma propriedade, que pode ser de zero lugar (12a), de um lugar (12b)-(12c), de dois lugares (12d)-(12e) e de três lugares (12f); pode ser também relacional (12g)-(12h), ou ainda classificacional (12i), composta por duas unidades semânticas ontologicamente idênticas, em que uma delas se submete a uma classificação dada pela outra unidade semântica, que constitui, então, a propriedade atribuída.

- (12) a começou a **relampejar** (Moçambique 86: Chuva)  
 b o animal é tão **bonito** (Cabo Verde 95: Colecionismo)  
 c **nasceu** uma criança (Angola 97: Conto tradicional)  
 d íamos às noites ao encontro dos tais meninos (Angola 97: Meninos de rua)  
 e então ali nós **acordamos** estas crianças (Angola 97: Meninos de rua)  
 f ninguém me pode **exigir** nada (Guiné-Bissau 95: Democracia)  
 g mas isto era **do velhote**, lá da Amareleja (Portugal 97: Boa pontaria)  
 h nós estamos de facto **em atraso** (Portugal 90: Poderes do chefe de Estado)  
 i eu sou **um mecânico** (Brasil 80: Comer e falar bem)

Um molde de predicação pode ainda representar estados de coisas destituídos de uma propriedade, como é o caso de moldes identificacional e existencial. Num molde identificacional, as duas unidades da mesma categoria semântica representam modos alternativos de ver a mesma entidade, não havendo, portanto, atribuição de propriedade, como ilustrado em (13).

- (13) **Armando Cortesão é o grande entusiasta** (Portugal 89: Cartografia portuguesa)

Moldes existenciais contêm, por seu lado, apenas uma unidade semântica, que não se constitui como argumento de nenhum predicado, conforme (14).

- (14) havia **religiões tradicionais**, em Timor (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

A valência qualitativa, por outro lado, refere-se às categorias semânticas das unidades componentes e ao modo como essas unidades são expressas em termos de funções semânticas. Estas funções são reflexos gramaticais da consciência cognitiva de que, no estado de coisas: 1) os participantes desempenham diferentes papéis (casos em que o estado de coisas é tratado como uma propriedade); 2) os

participantes desempenham o mesmo papel (casos em que o estado de coisas é tratado como uma classificação ou identificação); 3) os participantes não desempenham um papel (casos em que o estado de coisas é apresentado como uma predicação de existência). Assim, os participantes de um estado de coisas podem desempenhar as funções semânticas ativo (*actor*), inativo (*undergoer*) e locativo (*locative*).<sup>5</sup>

A função ativo representa o participante volitivamente envolvido no estado de coisas, e a função inativo, o não volitivamente envolvido, como se vê em (15), em que o participante representado pelo pronome “você” tem a função ativo, e o participante representado por “carne”, inativo.

(15) então **você** assa a **carne** só no sal (Brasil 80: Comer e falar bem)

Já locativo é a função semântica tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica lugar, como “ao fogo” em (16).

(16) leva ela **ao fogo** (Brasil 80: Comer e falar bem)

Há ainda a função semântica referência, desempenhada pelo argumento de uma propriedade de um lugar e representada por nomes relacionais, envolvendo posse inalienável, expressões locativas e nomes de parentesco. Em (17a), por exemplo, “terreno” constitui argumento da expressão locativa “centro”; já em (17b) (este tipo de construção é tratado no Capítulo 8), a oração em destaque é argumento do nome “impressão”.

(17) a a casa fica assim no centro **do terreno**? (Brasil 80: Fazenda)  
 b então até dá a impressão **de que basta a Lurdes envelhecer**  
 (Moçambique 97: Sentimento e desporto)

---

5 Na GDF, as principais funções semânticas são *actor*, *undergoer* e *locative*. Traduzimos *undergoer* por inativo, já que representa a entidade não volitivamente envolvida no estado de coisas, e *locative* por locativo. Assim, para manter o paralelismo, preferimos traduzir *actor* por ativo, embora possa ser perfeitamente traduzido por ator.

Similarmente ao que acontece no nível interpessoal, os núcleos de conteúdo proposicional, episódio, estado de coisas e propriedade configuracional podem ser restringidos por modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificados por operadores (constituintes gramaticais) apropriados a cada uma das camadas.

## Nível morfossintático

A tarefa do nível morfossintático é tomar o *input* duplo dos níveis interpessoal e representacional e fazer ambos emergirem em uma única representação estrutural que é, em seguida, convertida em um construto fonológico no próximo nível, que, por seu lado, atua finalmente como o *input* do articulador, o componente de saída. O *input* contém informação lexical que deve ser preservada no *output*, mesmo quando passível de alteração morfológica. Além disso, o *input* contém uma gama de informações lexicais (1) sobre relações de dependência entre o predicado e seus argumentos (núcleo-dependente) ou entre o núcleo e o modificador (núcleo-modificador); (2) sobre funções (relações pragmáticas entre ato discursivo nuclear e subsidiário e relações semânticas entre argumentos e predicados); (3) sobre operadores, cada um aplicando-se ao seu próprio domínio; e (4) informações abstratas que devem ser convertida em pró-formas de vários tipos.

Nesse nível, a unidade linguística é analisada, em termos de seus constituintes sintáticos, das camadas mais altas para as mais baixas. A camada mais alta desse nível é a da expressão linguística, que consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade utilizado de modo independente. As unidades pertencentes a uma expressão linguística (orações ou sintagmas) não constituem partes umas das outras, mas podem se combinar de diferentes maneiras. Assim, é possível a ocorrência de duas orações tão mutuamente dependentes que nenhuma delas pode ser usada de maneira independente, embora uma não seja constituinte da outra. Esse processo é denominado equiordenação oracional e é exemplificado em (18).

- (18) -> não, **nós gostamos tanto**  
 - hum.  
 -> **que passa bem**  
 (Brasil 80: Samba)

Na cossubordinação, por outro lado, ocorre uma combinação tal de orações que a primeira não pode ocorrer sozinha, mesmo não sendo constituinte de uma segunda oração, que pode, por sua vez, ocorrer de maneira independente, como se observa em (19) com a oração “além de ele ser o professor”.

- (19) **além de ele ser o professor**, ele foi o amigo da gente. (Brasil 93: Festa de estudante)

Uma expressão linguística pode ainda ser constituída de duas ou mais orações independentes, isto é, sem relação de constituição entre elas, mas a combinação que delas resulta – a coordenação – constitui uma única unidade formal, conforme exemplificado em (20).

- (20) [eu sei que há uma dispensa antecipada de alguns meses], [conheço algumas partes do estatuto, um pouquinho]. (Moçambique 97: Maternidade)

Pode-se constituir uma expressão linguística também com base na combinação de oração com sintagma, caso em que a oração tem estatuto de unidade independente, mas não o sintagma introdutório, como mostra (21). Esse tipo de combinação é denominada extraoracionalidade. No nível interpessoal, o sintagma “o presidente” constitui um ato subsidiário com função retórica orientação.

- (21) **o presidente**, ele tem força e não tem. (Brasil 80: Se eu mandasse)

Ocorre equiordenação sintagmática quando os dois sintagmas envolvidos são mutuamente dependentes, como se observa em (22a)-(22c).<sup>6</sup>

---

6 Carone (1986, p.49) denomina essas construções de “dirrema”, definindo-as como um embrião de estrutura oracional desprovida de verbo, constituída de dois sintagmas que se relacionam com a estrutura informacional tema-remata.

- (22) a adeus borboletas! E adeus coleção! (Cabo Verde 95: Colectio-  
nismo)  
b no bebé, não (Cabo Verde 95: Colher e panela)  
c francamente, nunca. (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

Por fim, pode-se ainda construir uma expressão linguística mediante a combinação de sintagmas e/ou de palavras, formando assim uma listagem, como em (23).

- (23) tem que desaparecer, árvores, plantas, frutas (Angola 97: Guerra e ambiente)

Outra camada do nível morfossintático é a oração. Considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, de modo geral ela constitui um grupo de um ou mais sintagmas caracterizados, em maior ou menor extensão, por um padrão de ordenação e por expressões morfológicas de conectividade, notadamente concordância e regência. Em outras palavras, a oração consiste em uma configuração sequenciada de palavras, sintagmas e outras orações (encaixadas), conforme demonstram respectivamente (24a), (24b), (24c) (este tipo de construção é tratado no Capítulo 2).

- (24) a começou a relampejar (Moçambique 86: Chuva)  
b surgem os problemas de erosão pelo excesso de passagem de pessoas (Angola 97: Guerra e ambiente)  
c nós constatamos que as raparigas não saem (Cabo Verde 95: Raparigas)

Como mostra (24c), uma oração pode ocorrer como constituinte de outra oração. Nesse exemplo, a oração “as raparigas não saem” se identifica como complemento da oração principal. Os casos em que uma oração ocorre como constituinte de outra definem o processo de subordinação. Uma oração subordinada, além de complemento, também pode ser o predicado ou um constituinte modificador (adverbial ou adjetival) de outra oração.

É necessário, no entanto, fazer uma distinção entre a relação núcleo-dependente e a relação núcleo-modificador. A relação núcleo-dependente ocorre entre um predicado e seus argumentos, independentemente de o predicado ser verbal, nominal ou adposicional. Os argumentos e o predicado estão em uma relação de equipolência determinada pelo molde de predicação e juntos constituem um núcleo. Já a relação núcleo-modificador refere-se à expansão de um núcleo com um modificador opcional. Há assim subordinação de oração argumento ou de predicado de oração, conforme exemplificam (25a) (ver Capítulo 2), (25b) (ver Capítulo 3), respectivamente, e subordinação de oração modificador de outra oração, exemplificada em (25c) (ver Capítulo 5).

- (25) a eu sei que há uma dispensa antecipada de alguns meses (Moçambique 97: Maternidade)  
 b o problema é **que era difícil esse parto** (Cabo Verde 95: Colher e panela)  
 c **como já se trata de uma zona fértil**, lá criaram... todo o processo de socialização (Cabo Verde 95: Ilha do Fogo)

A camada abaixo da oração, do nível morfossintático, é o sintagma. Um sintagma, assim como a oração, potencialmente consiste em uma configuração sequenciada de palavras, de outros sintagmas e de oração encaixada, conforme se observa respectivamente em (26a) e em (26b) e (26c) (tratadas nos Capítulos 9 e 10).

- (26) a com a minha família (Angola 97: Jovem Gaspar)  
 b altos pitos **da minha mãe** (Brasil 95: Muito iguais e muito diferentes)  
 c o sítio **onde estava** (Angola 97: Jovem Gaspar)

Em geral, o sintagma se caracteriza pelo fato de ter como núcleo um item lexical vindo do nível interpessoal ou representacional. No entanto, é possível ocorrer sintagmas sem núcleo lexical. Entre os subtipos de sintagmas, distinguem-se o sintagma verbal, o nominal, o adjetival, o adverbial e o adposicional.

O sintagma verbal (*Vp – verb phrase*) pode consistir apenas em um verbo ou outro elemento lexical usado predicativamente, e não na combinação de verbo e objeto, como se costuma considerar. No nível representacional, o lugar de um predicado pode ser ocupado por quatro classes de lexemas (verbo, nome, adjetivo e advérbio). No nível morfossintático, no entanto, três delas (nome, adjetivo e advérbio) requerem a inserção de cópula. Nesse caso, o *Vp* é constituído de uma palavra verbal, a cópula, e de um sintagma, que pode ser nominal (27a), adjetival (27b), adverbial (27c) ou adposicional (27d). Em outros casos, um *Vp* pode ser constituído de um verbo pleno e seus operadores, cujo escopo semântico reflete em sua ordenação superficial, como em (27e).

- (27) a a base econômica **é a agricultura** (Moçambique 86: Chuva)  
 b **foi muito importante** (Timor Leste 99: Timor)  
 c **está dentro de, da nossa tradição** (Cabo Verde 95: As mornas)  
 d a senhora também **é dessa opinião?** (São Tomé e Príncipe 96: Costureira)  
 e foi acalmando (Portugal 97: Mal desconhecido)

O sintagma nominal (*Np – noun phrase*), por seu turno, pode consistir apenas em um nome ou outro elemento lexical usado referencialmente e seus operadores, como em (28).

- (28) uma **doença** (Guiné-Bissau 95: Sida)

O sintagma adjetival (*Adjp – adjective phrase*) pode constituir-se de apenas um adjetivo ou outro elemento lexical usado com esse valor e seus operadores, como em (29).

- (29) muito **fundamental** (Timor Leste 99: Identidade de um povo)

O sintagma adverbial (*Advp – adverb phrase*) pode consistir apenas em um advérbio ou outro elemento lexical usado com esse valor, como em (30).



- (30) a ontem (Portugal 95: Vida de estudante)  
 b agora (Brasil 80: Fazenda)

O sintagma adposicional (Adp – *adposition phrase*), por sua vez, é constituído de uma adposição, que pode ser anteposta ou posposta a um nome. Como em português a adposição é sempre anteposta, esse sintagma é tradicionalmente denominado preposicional ou, abreviadamente, SP. Na GDF, no entanto, usa-se a abreviatura “prep” (*preposition phrase*). Sirva de exemplo o sintagma expresso em (31), constituído da preposição “em”, do operador de definitividade “a”, do possessivo “minha” e do nominal “vida”.

- (31) na minha vida (Moçambique 86: Chuva)

De maneira similar ao que ocorre na camada da oração, na camada do sintagma também há subordinação de oração argumento de sintagma, conforme exemplifica (32a) (ver Capítulo 8), e subordinação de oração modificador de sintagma, exemplificado em (32b) (ver Capítulos 9 e 10).

- (32) a uma maneira **de pensar** (Guiné-Bissau 95: Democracia)  
 b é a hora **em que eles vão à procura de, prontos, alguma, alguma coisa para comer e tal** (Angola 97: Meninos de rua)

A última camada do nível morfossintático é a da palavra, que não será tratada neste capítulo, visto que não é pertinente ao estudo aqui apresentado.

## Nível fonológico

Como já observado, o nível fonológico serve de *input* para a operação de articulação, que, no caso de um componente de saída acústico, contém regras fonéticas e suprasegmentais necessárias para se obter um enunciado adequado. É o nível responsável pelos aspectos da codificação não abrangidos pelo nível morfossintático.

A unidade mais alta desse nível é o enunciado (U – *utterance*), caracterizado por pausas mais longas, que nunca são interpretadas como hesitações, e por paratons, ou seja, distinções de altura que o identificam como um grupo tonal autônomo. É o que se vê em (33), em que toda a expressão linguística constitui um enunciado.

(33) [Não repare não **que a jabá foi feita avexada**]<sub>U</sub> (Brasil 80: Bichinho)

Outra camada do nível fonológico é a frase entonacional (IP – *intonational phrase*), que se caracteriza por apresentar um núcleo, isto é, um movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, que é essencial para sua interpretação como um todo. Além disso, é separada de outra frase entonacional por uma pausa menor do que aquela que separa enunciados. Assim, em (34), há duas frases entonacionais: “não repare não”, cujo movimento tonal se encontra na segunda palavra “não”, e “que a jabá foi feita avexada”, em que o movimento tonal se localiza na palavra “avexada”.

(34) [[Não repare **não**]<sub>IP</sub> [que a jabá foi feita **avexada**]<sub>IP</sub>]<sub>U</sub>

A frase fonológica (PP – *phonological phrase*), por sua vez, constitui outra camada desse nível. Em línguas acentuais, como o português, essa frase contém uma sílaba mais fortemente acentuada, que em geral é também o local principal para a queda ou subida global dentro da frase entonacional. Assim, (35) é constituída de três frases fonológicas, conforme representado a seguir.

(35) [[[Não repare **não**]<sub>PP</sub>]<sub>IP</sub> [[que a jabá]<sub>PP</sub>[foi feita **avexada**]<sub>PP</sub>]<sub>IP</sub>]<sub>U</sub>

A Gramática Discursivo-Funcional é uma teoria de base tipológica que, ao assumir uma organização descendente, alcança adequação psicológica e, ao assumir o ato discursivo como unidade básica de análise, alcança adequação pragmática. Embora constitua estritamente um modelo de gramática, ela é projetada para interagir com os componentes conceitual, contextual e de saída, de modo

a aumentar sua compatibilidade com uma teoria mais ampla da interação verbal, o que lhe imprime um formato teórico ao mesmo tempo estrutural e funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008).

Ressalte-se que, embora o suporte teórico fundamental para a interpretação das relações de subordinação seja necessariamente o da GDF, os textos que compõem esta coletânea não se limitam a esse arcabouço, na medida em que mobilizam conceitos de teorias funcionais afins para definir os processos pragmáticos e semânticos, alinhados com os processos morfossintáticos e fonológicos que abrangem o domínio da subordinação nas variedades do português.